

Artigos premiados em IV Concurso são apresentados em cerimônia da Comissão do Esporte



Wesley Amara/Câmara dos Deputados

O deputado Dr. Luiz Ovando parabenizou o presidente da Comissão, deputado Felipe Carreras (PSB/PE), pela realização do IV Concurso. “Não poderia deixar passar em branco essa iniciativa e essa capacidade que tem o nosso país de mostrar aquilo que tem feito em busca da excelência e do aprimoramento, principalmente na área do Esporte”, disse. Dr. Luiz Ovando destacou ainda a atuação do secretário-executivo da Comissão, Lindberg Aziz Cury Júnior, na organização do concurso.

[CONFIRA NA ÍNTEGRA](#)

ESCALAÇÃO

Dep. FELÍCIO LATERÇA
participa do Ping-Pong pág.2

Reajuste no Bolsa-A atleta pág.2

Notícias quentes pág.3

Artigo Dep. CELINA LEÃO pág.4



Por que discutir voo livre?

O voo livre ainda não tem regulamentação e falta fiscalização no Brasil. A Confederação Brasileira de Voo Livre quer legislar e obrigar os praticantes a se associarem. Para tanto, convencem prefeituras e gestores dos parques nacionais de que incumbe a eles fiscalizar. A bem da verdade, a certificação dos pilotos é atribuição da ANAC.



to digno de resgate ao esporte estudantil brasileiro. Foi um evento de grandeza nacional, envolvendo todos os estados da federação ocorrido no legado olímpico em nossa capital do Rio de Janeiro.

Jeb's 2021, qual a nota?

Para o JEBs 2021 a nota é 10. Por uma razão muito simples, foram 17 anos sem JEBs. Todos aqueles que vivenciaram em seu tempo de escola sabem da importância dos jogos estudantis brasileiros, foi um even-

1º ano na Comissão do Esporte. Como foi?

O meu amor pelo esporte levou-me à Comissão, pois acredito que o esporte é política pública que salva vidas de crianças e adolescentes vulne-

Felício Laterça (PSL-RJ)

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



ráveis e uma poderosa ferramenta de inclusão social. Neste primeiro ano na comissão do esporte, comecei a valorizar cada dia mais os atletas, seja

do estudante ao atleta olímpico, amadores, bem como todos os profissionais envolvidos.

Comissão do Esporte aprova reajuste do Bolsa-A atleta e isenção de IR para prêmios até R\$ 100 mil, entre outras propostas

Foto de Genilson Frazão - Ascom deputado Felipe Carreras



Na reunião deliberativa da terça-feira, 7, a Comissão do Esporte aprovou diversas propostas. Entre elas, o Projeto de Lei 8906/17, que prevê o reajuste do Bolsa-A atleta. Em seu relatório, a deputada Celina Leão (PP/DF) cita os resultados dos Jogos Olímpicos como

exemplo da importância do programa e exalta que 19 das 21 medalhas conquistadas em Tóquio tiveram participação do incentivo.

O presidente da Comissão do Esporte e autor do projeto, deputado Felipe Carreras (PSB/PE), comemorou o resultado:

“é um programa fundamental e decisivo de valorização dos atletas e dos paratletas brasileiros e agora a Câmara dá um importante avanço quando a gente reconhece a importância desse reajuste”. Também foram aprovadas propostas que prorrogam a vigência da Lei de Incentivo ao Esporte até 2028, que garantem assistência psicológica continuada aos atletas profissionais e ensino à distância para estudantes atletas.

Outra proposta aprovada foi o Projeto de Lei 3824/20 de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP) que, de acordo com o relator, Renildo Calheiros (PCdoB/PE), “estabelece isenção no pagamento de Impostos às premiações recebidas pelos atletas e pelas suas comissões no valor de até R\$

100 mil”. O autor argumentou, ao propor o projeto, que a isenção se justifica “na medida em que o retorno social é elevadíssimo, mais crianças se interessando pela prática de esportes, a função educacional que o esporte tem, a saúde dos brasileiros será beneficiada e tantos outros benefícios são diretamente ligados a sociedade”. O presidente da Comissão do Esporte, deputado Felipe Carreras (PSB/PE), anunciou que, por motivo de viagens oficiais, a audiência pública que seria realizada na tarde desta terça-feira (7), para debater o patrocínio estatal ao esporte, foi adiada para o dia 21/12.

CONFIRA NA ÍNTEGRA

Membros da Comissão do Esporte - CESPO

Presidente: Felipe Carreras (PSB/PE); 1º Vice-Presidente: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF); 2º Vice-Presidente: Pedro Augusto Bezerra (PTB/CE) e 3º Vice-Presidente: Fábio Mitidieri (PSD/SE). Membros: Bloco: PSL/PP/PSD/MDB/PL/REPUBLICANOS/DEM/PSDB/PTB/PSC/PMN Celina Leão (PP/DF); Célio Silveira (PSDB/GO); Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP/RJ); Fabio Reis (MDB/SE); Felício Laterça (PSL/RJ); Fábio Mitidieri (PSD/SE); Hélio Leite (DEM/PA); Helio Lopes (PSL/RJ); Hugo Leal (PSD/RJ); Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF); Luiz Lima (PSL/RJ); Pedro Augusto Bezerra (PTB/CE) Bloco PDT/PODE/SOLIDARIEDADE/PCdoB/PATRIOTA/CIDADANIA/PROS/AVANTE/PV/DC Chiquinho Brazão (AVANTE/RJ); Fábio Henrique (PDT/SE) Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE/GO) Renildo Calheiros (PCdoB/PE) Roman (PATRIOTA/PR). Bloco PT/PSB/PSOL/REDE Felipe Carreras (PSB/PE); Talíria Petrone (PSOL/RJ); Zé Neto (PT/BA).

Mesa-redonda discute PL que regulariza conselhos federal e regionais de educação física



Rafael Lessa

A Comissão do Esporte realizou, na manhã desta quarta-feira (24/11), no Windsor Plaza Hotel, em Brasília, debate sobre o Projeto de Lei nº 2486, de 2021, que tem como objetivo regulamentar os Conselhos Federal e Regionais de Educação Física (Confef e Crefs, respectivamente). A Mesa redonda atende o requerimento nº 60/2021, de autoria do relator do PL no Plenário, o deputado Roman (Patriota-PR).

Esses conselhos já existem. Mas foram criados por lei de iniciativa do Congresso Nacional e estão sendo questionados na Justiça sob o argumento de que a iniciativa da lei deveria ter sido do poder Executivo. “É uma necessidade que temos que agir para resolver”, declarou Roman. O presidente da Cespo, deputado Felipe Carreras (PSB-PE), também esteve presente e reforçou o compromisso de lutar em favor dos profissionais de educação física.

[CONFIRA NA ÍNTEGRA](#)

Cespo debate importância de banco de dados para orientar políticas públicas no esporte



Billy Boss/Câmara dos Deputados

A Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados realizou, na tarde da terça-feira, 30, audiência pública sobre a importância de informações e dos bancos de dados para orientar políticas públicas no esporte. O colegiado realizou reunião conjunta com a Comissão Especial criada para analisar o Projeto de Lei 1153/19, que altera a Lei Pelé. O debate foi proposto nas duas comissões pelo deputado Luiz Lima (PSL-RJ).

Segundo Luiz Lima, a existência de números e referências sobre o esporte será, em um futuro próximo, uma realidade para que se aja de forma assertiva. “Esses números, essas proporções - seja em estados ou municípios - de habilidades e exigências diferentes de cada ponto do país, de como está acontecendo o esporte no fator de inclusão, de entretenimento, de alto rendimento, é muito importante para que a gente seja assertivo em relação aos investimentos de políticas públicas no esporte”

[CONFIRA NA ÍNTEGRA](#)

Debatedores destacam alcance de jogos escolares no Brasil

Os Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) foram o maior evento esportivo do País depois das Olimpíadas, na avaliação do presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar, Antônio Hora Filho. Segundo ele, os JEBs contaram com a participação de mais de 5 mil atletas de 12 a 14 anos de todos os estados, com paridade entre meninos e meninas.

Autoridades do governo federal e de governos estaduais participaram, nesta quinta-feira (9), de audiên-

cia pública da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados que fez um balanço do evento, realizado no Rio de Janeiro de 27 de outubro a 5 de novembro. Representantes dos estados elogiaram a oportunidade dada aos estudantes de todo o País de participarem da competição

[CONFIRA NA ÍNTEGRA](#)

Precisamos falar sobre o esporte

Celina Leão (PP/DF)

Membro titular da Comissão do Esporte



A comissão especial da Câmara dos Deputados, destinada a alterar a Lei mais importante do esporte, a Lei Pelé, teve o intuito de promover debates sobre o tema e discutir proposições e iniciativas para reformular a legislação esportiva federal, que atualmente enfrenta diversos desafios. O objetivo é aperfeiçoar, por meio das renovações pontuais da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

A ideia central é que, ao final das discussões, a gente tenha uma Lei moderna e atualizada para atender aos anseios de todos os atletas. Nem todos eles se tornarão profissionais olímpicos, mas os que tiverem acesso ao esporte serão cidadãos melhores. O uso das atividades esportivas são ferramentas de inclusão social. Devemos recordar que muitas modalidades apresentam realidades diferentes do futebol. A Lei Pelé tem que ser para todos.

A atual legislação Esportiva Brasileira, incluindo a Lei Pelé,

não atende as realidades dos fatos sociais existentes nas práticas esportivas por atletas profissionais ou não, pois foram criados em um contexto de resposta à Lei do Passe do Jogador, conhecida como a Lei Zico, portanto não é vista como uma política pública efetiva para o setor.

Nós realizamos diversas audiências públicas com convidados, atletas e representantes de acordo com cada tema, de forma a tornar os debates mais abrangentes, democráticos e transparentes. Dentre os mais diversos assuntos abordados estão: a inexistência de um Plano Nacional do Esporte, uma legislação que garanta a segurança das nossas crianças e adolescentes que estão alojados em clubes e associações, sobre o papel do profissional de educação física nas escolas e no esporte, entre outros.

Não podíamos também deixar de debater sobre a pós-carreira de atletas profissionais,

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



que sempre representaram o nosso país com maestria pelo mundo. É preciso criar um sistema de assistência direcionado a esses atletas e, principalmente, ex-atletas. Eles precisam de recursos para se manterem durante e depois das atividades.

Os palestrantes recomendaram alterações na legislação do esporte. O relator, o Deputado Federal, Felipe Carreras (PSB/PE), entendeu que o fortalecimento do esporte brasileiro requer medidas de curto, médio e longo prazo. Reconhecemos que a Lei Pelé significou um grande avanço, mas a moderni-

zação é necessária em diversos pontos.

A luta pelo aprimoramento dos direitos e deveres dos atletas ou não profissionais do esporte deu um grande passo com a criação da comissão especial na Câmara dos Deputados, do qual presidi com muita honra. Acredito que teremos grandes modificações, necessárias para a valorização do esporte no Brasil.

Próxima audiência:

Expediente

Presidente: Felipe Carreras (PSB/PE); 1º Vice-Presidente: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF); 2º Vice-Presidente: Pedro Augusto Bezerra (PTB/CE) e 3º Vice-Presidente: Fábio Mitidieri (PSD/SE). Secretário-Executivo: Lindberg Aziz Cury Júnior. Corpo Técnico: Alessandra Muller, Cintia Costa de Abreu, Fabiana Todorov, Jéssica Andrade, Lucas Fermon, Marcelo Martins, Socorro Aires, Regina Bessa. Texto: Fabiana Todorov e Jéssica Andrade. Diagramação: Patrícia Weiss e Lucas Fermon.

Endereço da Comissão do Esporte: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, sala 2, térreo. Telefones (61) 3216-6351/52/53/54

Email: cespo.decom@camara.leg.br

Endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo>